

Notícias de Energia

Moçambique: Estancada venda de combustível de proveniência duvidosa em Tete

Category: Demo Category

Created on Thursday, 07 June 2012 16:33

Written by Aunorius Andrews



A venda ilegal de combustível de proveniência duvidosa na Estrada Nacional N7 (EN7), mais concretamente no troço entre a vila de Moatize e o posto fronteiriço de Zóbuè, foi estancada, através de operações que envolveram agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), relata o Jornal A Verdade.

O administrador de Moatize, Manuel Guimarães, foi quem facultou esta informação ao jornal Diário de Moçambique, explicando que a tomada dessa medida tem em vista garantir que o combustível transportado por camionistas chegue ao destino, por um lado, e por outro, evitar a destruição do asfalto, devido ao derramamento na hora do transbordo do tanque para os recipientes, ou seja, bidões, normalmente de 20 litros cada.

Guimarães disse que o governo do Malawi sempre se queixou de roubo de combustível por parte dos camionistas que fazem o transporte da cidade portuária da Beira para aquele país vizinho.

Tendo em conta a reclamação e também para assegurar que a estrada não se danifique precocemente, o executivo de Moatize accionou os mecanismos que culminaram com o estancamento da venda por cidadãos maioritariamente entre jovens.

A sensibilização por líderes comunitários aos vendedores de combustível não surtiu os efeitos desejados, porque não quiseram parar com a acção, daí que o Governo de Moatize tenha tomado medida coerciva, confiscando o produto, o qual viria ser vendido e o dinheiro daí resultante reverter-se aos cofres do Estado.

De acordo com Guimarães, a venda , para o dinheiro reverter-se a favor do Estado, foi a medida achada conveniente, depois de se notar um silêncio manifestado por presumíveis donos, que foram solicitados para comparecerem no Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique, para reclamar o produto apreendido e declarar a sua proveniência e também justificar porque a venda na rua, em vez das próprias bombas autorizadas.

A fonte disse que o caso foi igualmente remetido ao Tribunal, mas, porque ninguém se pronunciou, decidiu-se vender o combustível confiscado. Não quantificou o produto, mas explicou que nas campanhas efectuadas podia-se apreender 200 a 300 litros. (Fonte: AVerdade)